



XI Colóquio Internacional
"Educação e Contemporaneidade"
São Cristóvão/SE/Brasil
21 a 23 de Setembro de 2017
ISSN: 1982-3657



Recebido em:
05/08/2017
Aprovado em:
06/08/2017
Editor Respo.:
Veleida Anahi
Bernard Charlort
Método de
Avaliação: Double
Blind Review
E-ISSN:1982-3657
Doi:

PARQUE NACIONAL SERRA DE ITABAIANA – SE: POSSIBILIDADES DE PRESERVAÇÃO A PARTIR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

WAGNER DA CRUZ SILVA

EIXO: 22. EDUCAÇÃO E PESQUISA EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS

RESUMO

Este trabalho aborda aspectos importantes que fundamentam a educação ambiental e o ecoturismo, utilizando-os como ferramenta propulsora de integração entre o homem e o meio ambiente, a fim de um uso sustentável dos recursos naturais, observando como os órgãos competentes se posicionam em relação ao assunto. O trabalho teve como base metodológica a pesquisa bibliográfica e a documental, onde os dados levantados foram referentes às questões voltadas à compreensão da educação ambiental e sua relação com o ecoturismo no espaço utilizado pela atividade turística. Foi possível observar que a educação ambiental é um elemento imprescindível para a formação da consciência cidadã, de turistas em sua presença no espaço natural e de uma relação mais harmoniosa entre o turismo e a natureza, haja vista que o ecoturismo se utiliza desde espaço para sua prática.

Palavras-Chaves: Educação Ambiental, Preservação, Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

This work addresses important aspects that support environmental education and ecotourism, using them as a propulsive tool for integration between man and the environment, for a sustainable use of natural resources, observing no the competent bodies position themselves in relation to subject matter. The work was based on methodological bibliographical and documentary research, where the data collected were related to the questions focused on the understanding of environmental education and its relation with ecotourism in the space used by the tourist activity. It was possible to observe that environmental education is an essential element for the formation of citizen awareness, of tourists in their presence in the natural space and a more harmonious relationship between tourism and nature, since ecotourism is used from space to its practice.

Keywords: Environmental Education, Preservation, Sustainable Development.

INTRODUÇÃO

A criação de Unidades de Conservação é uma das mais importantes estratégias para a conservação *"in situ"*, buscando atingir o mais alto grau de proteção de diversidade biológica. Para isso, essas áreas protegidas devem ser bem implementadas e manejadas.

O Parque Nacional Serra de Itabaiana (PARNA) é uma das Unidades de Conservação (UC) de proteção integral. Com o objetivo básico de preservação de ecossistemas naturais, possibilita a realização e pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e

de turismo ecológico na sua área (SNUC, 2000).

Situado no agreste sergipano, com uma área de aproximadamente 7.988 hectares o PARNA Serra de Itabaiana, abriga espécies de fauna e flora muito importantes para a biodiversidade brasileira. Sendo o único PARNA do estado, o Domo de Itabaiana conserva e remanescentes de Mata Atlântica e Caatinga, que no passado sofreu uma forte ação antrópica. A conservação do PARNA é essencial para a proteção da fauna e flora, como é o caso da ave *Herpsilochmus pectoralis*, espécie ameaçada e endêmica da caatinga (D HORTA et al.). Com relação à fauna de invertebrados, o parque abriga uma espécie recém-descrita de aranha, a *Nothroctenus fuxic*, cuja distribuição geográfica é restrita ao Estado de Sergipe (DIAS & BRESOVIT,2004).

O parque torna a questão ambiental indissociável do conceito de cidadania. Qualquer ameaça a esse direito coloca em perigo a própria existência do cidadão, que desse modo vê-se na contingência de ao menos se preocupar em protegê-lo, para garantir sua sobrevivência e de futuras gerações.

A consciência ambiental, na qual está contida a necessidade de melhor qualidade de vida, vai-se formando e consolidando no cidadão comum, integrante da chamada “maioria silenciosa”.

Para passar da “apatia” para a ação em determinadas circunstâncias, necessita de elemento indutor que utilize conhecimentos e experiência acumulada no trato de assuntos ambientais, e seja capaz de organizar esse interesse difuso existente na sociedade. Esse é o papel cumprido pelos agentes ambientais - sejam entidades, sejam pessoas ecologicamente ativas.

Com o modelo de desenvolvimento atual, insustentável, a necessidade de mudança torna-se imperiosa, pois se trata de manter a existência do planeta em que vivemos, de modo que as futuras gerações tenham melhor qualidade de vida, ou pelo menos a mesma que possuem os atuais. As mudanças, necessariamente, envolvem uma nova concepção das relações do homem com o meio ambiente, novas formas de pensar que valorizem o meio natural como o lugar em que vivemos, não simplesmente uma fonte de recursos inesgotável e que aí está para nosso usufruto. Essas necessidades envolvem, essencialmente, uma elevação do nível de conscientização de toda a humanidade.

Nesse sentido, este trabalho objetivou estudar os impactos ambientais existentes no interior do Parque Nacional Serra de Itabaiana, bem como conhecer os principais elementos impactantes, analisar as atividades que geram esses impactos e indicar medidas minimizadoras, como o planejamento do turismo e a Educação Ambiental, visando subsidiar informações para a formulação do plano de manejo do parque. A pesquisa foi desenvolvida a partir do levantamento bibliográfico e documental de temas correlacionados e da área de estudo, o Parque Nacional Serra de Itabaiana, possibilitando o entendimento do seu funcionamento e sua relação com a atividade turística e seus efeitos impactantes. Para estudar os impactos ambientais como subsídio para o planejamento de um turismo sustentável no Parque Nacional Serra de Itabaiana, foram utilizadas três estratégias: 1. Revisão bibliográfica, mediante consultas de relatórios do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); 2. Visitação em campo para a constatação do impacto; 3. Conversa informal com funcionários do PARNA.

1 - A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DE ITABAIANA (PARNA)

Antes de iniciar a discussão no que tange aos problemas ambientais causados ao PARNA, faz-se necessário caracterizá-lo de forma para compreender melhor os efeitos desse impacto para sua conservação. Assim, o Parque Nacional Serra de Itabaiana (10°25'15"O e 37°25'15"O) que até pouco tempo era conhecido como Estação Ecológica da Serra de Itabaiana. Em junho de 2005 ocorreu sua reclassificação, assim constituiu-se o primeiro Parque Nacional do Estado de Sergipe. A unidade possui 7966 hectares e é considerado pelo Ministério do Meio Ambiente como de alta importância para a conservação da biodiversidade. (HORTA et al,2005).

O único Parque Nacional do Estado de Sergipe é constituído por um conjunto de serras residuais que compõem um Domo, as quais destacam as serras de Itabaiana, Cajueiro e Comprida. Localizadas na microrregião do agreste entre os municípios de Areia Branca, Itabaiana, Laranjeiras, Itaporanga D'ajuda de Campo do Brito, no Estado de Sergipe, apresentam altitudes variando de 400 e 659 metros. No dia 16 de junho de 2005 através da portaria n°. 84.017 passou da condição de estação Ecológica para Parque Nacional, ou seja, uma Unidade de Conservação da Natureza que permite a visitação pública.

Dessa forma, dentre os impactos ambientais causados ao PARNA, podemos citar o problema das queimadas, pois

segundo SANTOS (1992), no Estudo dos impactos ambientais como subsídio para o planejamento das trilhas do Parque Nacional na Serra de Itabaiana, SE, as queimadas provocam forte alteração no meio físico com o aumento da concentração de gases, interferindo na qualidade do ar. No meio biótico acarreta a redução da fauna e da flora e consequentemente da base genética.

Desde 1991 o IBAMA registra os incêndios ocorridos no parque. Constatou-se que as principais atividades causadoras das queimadas são: preparo da terra para agricultura, retirada de lenha e madeira, uso religioso, queima de lixo, vandalismo e acidentes.

Para essa ação impactante observou-se que o aumento da concentração de gases apresenta frequência cíclica, com sentido negativo, de ordem direta, de abrangência regional, com resposta a curto prazo, sendo reversível. Já a diminuição da base genética e a redução da capacidade de sustentação da fauna terrestre são classificadas como de frequência temporária, com sentido negativo, de ordem direta, de abrangência local, com respostas em curto prazo, sendo reversível, provocando ao meio ambiente um alto grau de impacto.

As queimadas poderão ser minimizadas com o aumento de fiscalização, mas principalmente mediante projetos de educação ambiental que sensibilizem as populações do entorno quanto ao perigo de incêndios e seus danos ambientais.

Outro fator que causa degradação ambiental na área do PARNA são as práticas agrícolas que por ainda não ter havido a desapropriação das áreas privadas, a questão fundiária torna-se uma situação crítica para o Parque Nacional. Até o momento, apenas 35% do PARNA pertence ao poder público, o que limita a ação do órgão gestor (SANTOS,1992). As práticas agrícolas no interior do parque tanto servem à subsistência da comunidade local com o cultivo de mandioca, milho, amendoim, pastagem, tomate, vagem, como para fins comerciais, no caso da monocultura de cana-de-açúcar. Tais práticas, ainda que a criação da UC impusesse sua extinção, continuam sendo observadas na unidade, provocando impactos no meio ambiente.

O uso de agrotóxicos, principalmente seu manejo inadequado gera no meio físico a depreciação da qualidade química da água devido ao escoamento subsuperficial. Essa ação impactante provoca também aumento dos processos erosivos e consequentemente a redução da capacidade produtiva do solo. As práticas agrícolas dentro dos limites do parque foram observadas: na Fazenda Salomão, situada no Povoado Bom Jardim; no Povoado Serra; na Fazenda Cafuz, situada no Povoado Pedrinhas.

Verifica-se então que os impactos: aumento dos processos erosivos e depreciação da qualidade química da água são classificados como sendo reversíveis, de extensão local, origem direta, sentido negativo, com alto grau de impacto, onde a depreciação vai ter frequência temporária e resposta num curto prazo, enquanto os processos erosivos vão apresentar uma frequência permanente com resposta num médio prazo. Também podemos ressaltar a presença de atividades de mineração que foram constatadas no parque mais especificamente no Povoado Bom Jardim, nas proximidades do paredão do bananal; na Serra Comprida a margem do Riacho do Prata; na Serra do Cajueiro, na vertente sul do Povoado Cajueiro e no Povoado Padaria. Neste último além da retirada da argila, a própria fábrica encontra-se no interior do parque.

A retirada da argila e areia é uma atividade que altera intensamente a área minerada, gerando transformações no meio físico e transformações no meio biótico, com a redução da biodiversidade. No meio antrópico provoca impacto visual. Analisando os impactos, observa-se que o aumento dos processos erosivos e a compactação do solo são classificados como de frequência permanente, reversíveis, com abrangência local, de médio prazo de resposta, com origem direta e sentido negativo, ambos provocando alto grau de impacto. Considerando a mineração uma prática proibida dentro do parque, cabe ao IBAMA fiscalizar e proibir a retirada de areia e argila e executar a recuperação das áreas degradadas.

O lixo é um dos grandes problemas que assolam o parque. A área da Serra Comprida já foi um depósito de lixo. Este local antigamente servia de lixão para o município de Areia Branca. Com a criação do parque essa atividade foi proibida. Mesmo assim, nesta pesquisa foram encontrados resíduos sólidos de diferentes procedências como, por exemplo, restos de carcaças de animais procedentes de matadouros e lixo doméstico.

A prática de caça dentro do parque também causa sérios impactos ambientais; por meio do depoimento de um

funcionário do IBAMA (Valdineide Barbosa de Santana. 2009), ficou constatada a caça em diversas localidades do parque. Atualmente, devido à fiscalização do órgão gestor, essa prática foi reduzida. A fauna silvestre é importante na manutenção do equilíbrio da área. A capacidade reprodutiva e a sobrevivência de muitas espécies vegetais dependem das relações animal – vegetal. Assim, a caça é uma ação impactante, gerando diretamente ao meio biótico o afugentamento da fauna e extinção de espécies.

O desmatamento também é observado dentro do parque. Algumas lideranças das comunidades limítrofes ao parque, o Sr. Manuel Messias Menezes da Costa (Lelê), mencionaram o desmatamento das matas ciliares e a retirada de madeira como prática existente nestas localidades. Isso acontece devido à necessidade de produtos florestais para o abastecimento de casas de farinha e subsistência dos sistemas de produção agrícola. Os locais onde foram detectados a retirada de madeira e lenha foram: Serra de Itabaiana; em toda a extensão da BR 235; mata do Povoado Bom Jardim; Povoado Serra; Povoado Cajueiro; Povoado Areia; Povoado Junco; Povoado Caroba e Povoado Ribeira.

E por fim, foi constatado que as Trilhas do Caldeirão, da Gruta, da Via Sacra, do Riacho dos Negros são bastante frequentadas pelos visitantes. O uso constante e descontrolado gera um forte impacto ao meio ambiente. O aumento do número de visitas nas trilhas tem acelerado os processos de degradação no meio físico, com a compactação do solo e o aumento dos processos erosivos. No meio biótico observou-se: fragmentação dos ecossistemas, abertura de clareiras, afugentamento da fauna, aumento do risco de intoxicação da fauna devido à presença do lixo deixado pelos visitantes, aumento dos riscos de incêndios. A transformação do meio antrópico aumenta os riscos de acidentes com animais peçonhentos.

Em análise dos dados observou-se que os impactos: aumento dos processos erosivos e compactação do solo possuem frequência permanente, com extensão local, ambos com resposta em médio prazo, de origem direta, com sentido negativo, causando um alto grau de impacto ao meio, mas podem ser reversíveis. Além desses impactos as trilhas também provocam alterações no meio antrópico, o impacto que caracteriza, isto é, o aumento dos riscos de acidentes de animais peçonhentos, que vai apresentar uma frequência temporária, com extensão local, de médio prazo de resposta, com origem direta e sentido negativo, mais reversível no meio. Para minimizar os impactos gerados pela visitação desordenada propõe-se o estudo da capacidade de suporte das trilhas, além de projetos de educação ambiental.

2 - A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO VIABILIDADE DE PRESERVAÇÃO DO PARQUE NACIONAL SERRA DE ITABAIANA-SE

O objetivo principal da Educação Ambiental é levar o ser humano a compreender a complexidade natural do meio ambiente, resultado da interação de seus aspectos biológicos, físicos, sociais, econômicos e culturais, e adquirir conhecimentos, valores, comportamentos e habilidades práticas para participar da prevenção e solução. Na década de 1990, sobretudo a partir das recomendações da ECO/92, as preocupações com o meio ambiente em nosso país se transformaram em programas e políticas educacionais. Em 1996, o Ministério da Educação (MEC) elaborou a proposta dos parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), indicando a dimensão ambiental como um tema transversal, que deve permear todas as disciplinas do currículo de ensino fundamental, permitindo que cada professor, dentro da sua área específica, possa adequar o tratamento dos conteúdos para incluir o tema meio ambiente. Por último, novos avanços legais nesse sentido (Lei nº 9.795/99), instituíram a Educação Ambiental como componente curricular em todos os níveis de ensino da educação formal. Conforme se expressa o autor Pereira:

A exploração do ser humano perante os recursos naturais está cada vez mais desenfreada, os abusos constantes em relação à fauna e a flora, leva o Brasil a ficar sem partes de seus bens preciosos que a natureza destina a todos em direito por igual. (PEREIRA, 1990, p.70).

É por isso que a preservação é um conjunto de medidas que devem ser adotadas por todos, de forma a garantir o futuro no nosso planeta para as novas gerações. Atualmente, a preservação ambiental se torna praticamente obrigatória em todo o mundo, devido às graves consequências originadas pela degradação do meio ambiente, sendo a preservação a única maneira de amenizar ou até mesmo acabar com tais consequências.

De acordo com Pereira:

Não podemos nos calar e concordar com tamanho desmatamento e assistir uma taxa altíssima de bichos e vegetais, desaparecendo todos os dias em todo mundo, ou seja, a extinção é confirmada e comprovada, visto o desmatamento principalmente na região onde o desmatamento atinge taxas alarmantes. (Pereira,1990, p. 71).

Segundo os autores com Dias (1991) a educação ambiental:

São um instrumento poderoso de que a sociedade dispõe no momento para recriar valores perdidos ou nunca alcançados antes, capazes de induzir crianças e jovens a perceberem a natureza como um bem comum a ser partilhado com base num sentimento de solidariedade e responsabilidade no trato com os recursos naturais e com todas as formas de vida (Dias, 2003, p. 163).

O homem por ser dotado de cognitivo extraordinário de ideias transformadoras modifica o ambiente natural, ecologicamente formado por suas dimensões originais, se torna abalado e degradado pelo uso indevido e inadequado da ação humana, causando danos que poderá causar um desequilíbrio ao próprio homem.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (2000, p.19),

Uma das questões que levaram a inserir o meio ambiente como tema transversal foi a contribuição, que, em termos de educação, essa perspectiva pode contribuir para “evidenciar a necessidade de um trabalho vinculado aos princípios da dignidade do ser humano, da participação, da corresponsabilidade e da equidade.

Após muitas décadas, deu-se início a discussão de assuntos como preservação dos recursos naturais e desenvolvimento sustentável, onde o homem muda de papel se colocando como dependente do meio ambiente (conservador/preservador) e não mais como seu dono (poluidor/degradador). Em função de tudo isso, a preservação ambiental tem um importante papel intermediar a reintegração homem/natureza profundamente abalada ao longo dos séculos, mediante tanto descuido e pouco caso em relação a sua preservação. Essa contribuição se dá através de atitudes, valores, conhecimentos e a inserção acirrada dos educadores e educandos nesse processo de transformação, desse cenário de gradativa destruição. Conforme Coimbra:

A preservação do meio ambiente é uma preocupação que veio para ficar. Essa preocupação supera as coordenadas do tempo e espaço e constitui-se em fundamento para a sobrevivência não só da família humana, mas, ainda, do próprio planeta. O meio ambiente não tem fronteiras e as intervenções que se fazem nele também desconhecem limites” (Coimbra, 2002, p.17).

A preocupação ambiental em relação ao turismo é muito mais ampla que esse aspecto. O setor de turismo já tem um impacto ambiental enorme, em particular em países pobres, desesperados por esses investimentos. O turismo é parte fundamental para o equacionamento dos valores da equidade, justiça social e respeito ambiental, que competem entre si e formam o nexo do que veio a ser chamado de *desenvolvimento sustentável*. O turismo também pode ser um componente muito significativo de uma *qualidade de vida* que valoriza novos conhecimentos, autorreflexão, oportunidades de aprofundar as relações familiares e de amizade, e um lazer que não se reduz ao consumo de bens materiais. São valores humanos que os pensadores ocidentais e orientais, nortistas e sulistas têm identificado e discutido ao longo do milênio. São valores dos quais o futuro não pode prescindir.

De acordo com o documento das Diretrizes para uma política Nacional de Ecoturismo, elaborado em 1994, os esforços para a implementação de uma política de ecoturismo no Brasil devem ser direcionados ao atendimento dos seguintes objetivos básicos:

- compatibilizar as atividades de ecoturismo com a conservação de áreas naturais;
- fortalecer a cooperação interinstitucional;
- possibilitar a participação efetiva de todos os segmentos atuantes no setor;

- promover e estimular a capacitação de recursos humanos para o ecoturismo;
- promover, incentivar e estimular a criação e melhoria da infraestrutura para a atividade do ecoturismo;
- promover o aproveitamento do ecoturismo como veículo de educação ambiental.

Para atingir os objetivos básicos, foram identificadas diversas ações, cada uma delas com uma estratégia própria de execução, que deverá estar integrada e articulada. Essas ações envolvem diversos setores governamentais e o segmento do setor privado voltado para a preservação ambiental, sem prejuízo da colaboração das organizações não governamentais e da comunidade diretamente envolvida.

Ações a serem desenvolvidas para atingir os objetivos básicos:

- regulamentação do ecoturismo;
- fortalecimento e interação interinstitucional;
- formação e capacitação de recursos humanos;
- controle e qualidade do produto turístico;
- incentivos ao desenvolvimento do turismo;
- implantação e adequação de infraestrutura;
- conscientização e informação do turista;
- participação comunitária.

Além disso, o turismo de massa, segundo Cavaco (1999:110), é “ caracterizado por um grande volume de pessoas que viajam em grupos ou individualmente para os mesmos lugares, geralmente nas mesmas épocas do ano” e constitui-se num dos maiores agressores dos recursos naturais.

A falta de cultura turística dos visitantes faz com que se comportem de forma alienada em relação ao meio que visitam – acreditam que não têm nenhuma responsabilidade na preservação da natureza e na originalidade das destinações. Entendem que seu tempo livre é sagrado, que têm direito ao uso daquilo pelo qual pagaram e que, além disso, permanecem pouco tempo – tempo insuficiente, no seu entender, para agredir o meio natural” (CAVACO,1999, 2001, p.110).

A Serra de Itabaiana é uma Unidade de Conservação em fase de implantação como estação ecológica desde 1978. Como tal, seu uso é restrito à preservação, à pesquisa científica e à educação ambiental. Em face da ocorrência de conflitos e insatisfação das comunidades do entorno, devido às proibições de uso, entendemos o ecoturismo como atividade conciliadora entre desenvolvimento e preservação da natureza. Preservação e atividade turística são compatíveis e podem permitir a manutenção da cultura e a geração de renda das populações do entorno de Unidades de Conservação. No ecoturismo a natureza é o atrativo de consumo e sua prática é norteadora pela ética da sustentabilidade, que internaliza a natureza como patrimônio natural e cultural.

Deve-se também reconhecer que vivemos numa sociedade na qual é fundamental partir de uma boa formação e de um sólido conhecimento dos complexos problemas e potencialidades ambientais. Nossa sociedade se conscientizando de que o modelo vigente de crescimento afeta nosso planeta muito mais do que o desejado. Tem-se observado que a destruição da natureza, base da vida, através da contaminação e degradação dos ecossistemas crescem em um ritmo acelerado, motivado pelo qual se torna necessário reduzir o impacto ambiental para a obtenção de um desenvolvimento ecologicamente equilibrado a curto prazo para todo o planeta.

À medida que a humanidade aumenta sua capacidade de intervir na natureza para satisfação de necessidades e desejos crescentes, surgem tensões e conflitos quanto ao uso do espaço e dos recursos.

Hoje, percebendo os limites e impasses dessa concepção, está claro que a complexidade da natureza e da interação sociedade/natureza exige um trabalho que explicita a correlação entre os diversos componentes. Na verdade, até a estrutura e o sentido de ser desses componentes parecem ser diferentes, quando estudados sob a ótica dessas interações. É preciso encontrar outra forma de adquirir conhecimentos que possibilite enxergar o objeto de estudo com seus vínculos e também com os contextos físico, biológico, histórico, social e político, apontando para a superação dos problemas ambientais.

A teoria ambientalista, também chamada behaviorista ou comportamentalista, atribui exclusivamente ao ambiente a constituição das características humanas, privilegiando a experiência como fonte de conhecimento e de formação de hábitos de comportamento, preocupa-se em explicar os comportamentos observáveis do educando, desprezando a análise de outros aspectos da conduta humana tais como: o raciocínio, o desejo, a imaginação, os sentimentos e a fantasia, entre outros; defende a necessidade de medir, comparar, testar, experimentar, objetivando com isso, controlar o comportamento do educando, no ambiente em que vive.

A solução dos problemas ambientais tem sido considerada cada vez mais urgente para garantir o futuro da humanidade e depende da relação que se estabeleça entre sociedade/natureza, tanto na dimensão coletiva quanto na individual. Em 1999 foi editada a Lei 9.795 para dispor sobre a educação e instituir a Política Nacional de Educação Ambiental, seguindo o princípio da transversalidade e da interdisciplinaridade que envolve o meio ambiente, a lei desaconselha, expressamente, que as escolas criem uma disciplina específica para tratar do meio ambiente (Art. 10, §1º - A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino), abrindo exceção apenas para cursos de pós-graduação, extensão ou em áreas voltadas para o aspecto metodológico da educação ambiental (Art. 10, §2º).

O tema é muito abrangente e extenso para um único post. Cada um deve fazer a sua parte, mas nunca esquecendo que a solução deve, necessariamente, passar pela educação. Somente a educação é capaz de transformar o ser humano, somente a educação ambiental será capaz de transformar o atual ser-humano-destruidor do meio ambiente em um ser-humano-integrado ao meio ambiente.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificamos que os trabalhos desenvolvidos pelos condutores das trilhas do parque se limitam à simples exposição do espaço para os visitantes, sendo pouco aproveitada a riqueza vegetacional da mata atlântica e da caatinga, dentre outros aspectos interessantes, para a sensibilização do turista. Com isso, propõe-se que seja estruturado um programa de interpretação e educação ambiental envolvendo gestores do parque e condutores locais a partir da sensibilização e capacitação dos mesmos, bem como a estruturação física das trilhas, através da implementação de placas indicativas e interpretativas.

Desta forma, espera-se que além dos aspectos recreativos e de lazer fornecidos pela visita, a interpretação ambiental seja verdadeiramente o objetivo de existência das atividades desenvolvidas no Parque, através do comprometimento dos condutores em relação à apresentação do ambiente da mata atlântica e caatinga, demonstração de suas fragilidades e potenciais, atitudes adequadas a serem adotadas durante a visita, como também promoção da satisfação do visitante.

Escolher os limites dos indicadores e identificar as ações de manejo fundamentais para minimizar e reverter os impactos em cada trilha, os danos atribuídos ao uso público devem-se principalmente a uma ineficiente gestão dos recursos naturais do parque, para que possa ser bem-sucedida é necessário que seus gestores apliquem no cotidiano o planejamento e monitoramento dos impactos existentes. Guias de monitoramento das trilhas propostas neste estudo são ferramentas importantes para a proteção dos recursos naturais, uma vez que pode auxiliar aos administradores do parque na seleção de estratégias de manejo que garantam a sustentabilidade dos ecossistemas.

Para sua aplicação são necessários apenas uma gestão eficiente e recursos humanos. Os recursos humanos podem ser provenientes da Brigada do Parque, no período de contratação, de Programas de Voluntariado e de parcerias com condutores locais e universidades. O parque não tem aplicado instrumentos legais para compatibilizar os interesses de conservação e de uso público, tais como desapropriações e compensações ambientais. A falta de recursos financeiros, de uma gestão eficiente e de vontade política vem acarretando na degradação dos recursos do parque.

Uma vez que já está ocorrendo uso público na ausência do Plano de Manejo, é urgente o estudo que relacione a ocorrência das espécies de fauna e flora estudadas com as áreas de visitação, porque caso as trilhas estejam causando danos à fauna e à flora, principalmente às espécies endêmicas e ameaçadas de extinção, elas devem ser fechadas até a mitigação do problema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação** – SNUC. Brasília, 35p.,

2000.

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto – MEC. Parâmetros Curriculares da

Educação . Disponível em: . Acesso em:

30/04/2010.

CAVACO, Carminda. **Turismo rural e desenvolvimento local**. In. ADYR A. B. Rodrigues. Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. 2º Ed. São Paulo : HUCITEC, 1999.

CINFORM – Municípios. **História dos Municípios**. Aracaju: Globo Cochrane, 2002.

COIMBRA, José de Ávila Aguiar. **O outro do meio ambiente**. Campinas: Millenium,

2002

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Disponível em: <HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil - 03/Constituicao/constitui%/C3%A7ao.htm>. D`HORTA, F.M.;GOUVEIA, S & ROCHA, P.A. AVES (2005). In: **Parque Nacional Serra de Itabaiana – Levantamento Biota** (C.M. Carvalho & J. C. Vilar, Coord.). Revista Biologia Geral e Experimental – Sergipe, UFS. p.63-76.

DIAS. Genebaldo Freire. **Os quinze anos de educação ambiental no Brasil: um**

depoimento. Em aberto, Brasília, V. 10, N° 49.1991

DIAS, Reinaldo. **A política ambiental no MERCOSUL: um novo espaço de**

articulação. 2001.243f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e

Ciências Humanas, Unicamp, Campinas.

.**Turismo, identidade e folclore**. Revista Turismo & Desenvolvimento, ano 1, v.1,p.11-20,jan./jun.2001 a.

; AGUIAR, Marina R. **Fundamentos do turismo: conceitos, normas e definições**. Campinas: Alínea, 2002.

FARIA, Dóris Santos de & CARNEIRO, Kátia Saraiva. **Sustentabilidade Ecológica do**

Turismo. Brasília: UNB,2001.

FERRARI, S.F. 2005. Parque Nacional Serra de Itabaiana: O Futuro, pp. 121-131. In: Parque Nacional Serra de Itabaiana – Levantamento da Biota (C.M. Carvalho & J.C. Vilar, Coord.). Aracaju, IBAMA, Biologia Geral e Experimental – UFS.

IBAMA. **Plano operativo de preservação e combate aos incêndios florestais no**

Parque Nacional Serra de Itabaiana. MMA – Ministério do Meio Ambiente, agosto, 2006,21p.

NOÉ, A. “**A relação Educação e Sociedade: Os fatores que intervêm no processo.**” Revista Avaliação: Universidade de Campinas, São Paulo, 2000: vol. 5 nº 3 (17). Disponível em: <http://www.antroposmoderno.com/antro-articulo.phpid_articulo=243

>. Acesso em: 20 jun. 2004.

Parâmetros Curriculares Nacionais. **Secretaria de Ensino Fundamental terceiro e quarto ciclo do ensino fundamental: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais.** Brasília: MEC/SEF, 1997.

PEREIRA, ADOLFO Talla Pria. **Terra: o coração ainda bate.** Porto Alegre: Tchê, 1990.

REIGOTA, M. **Meio Ambiente e representação social.** 5º edição. Questões da Nossa Época, v.41. São Paulo. Ed. Cortez, 2002.

SANTOS, A. F.; ANDRADE, J. A. (Coordenadores). **Delimitação e Regionalização do Brasil Semiárido,** Sergipe, Universidade Federal de Sergipe, 1992. 72p.

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação. **Ministério do meio ambiente.** Brasília-DF, 2000.

VICENTE, João JR. Turismo Sustentável: conceitos e impacto ambiental. 2. Ed. São Paulo: Aleph, 2000. v.5.

WESTERN, David. **Definindo o Ecoturismo.** In: KREG, Lindberg; HAWKINS, Donald E. (Ed.). **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão.** 3.ed. São Paulo: SENAC, 2001.

Licenciado em Geografia e Mestre em Educação PPGED-UFS. Professor da Rede Pública Estadual de Sergipe – cws22@msn.com